



CONFERÊNCIA NACIONAL DEMOCRÁTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Assistência Social: Direito do Povo,
com Financiamento Público e Participação Social

INFORME 06/2019

Assunto: Orientações Metodológicas para Organização de Conferências Participativas

O QUE É ESSE DOCUMENTO

As orientações metodológicas fazem parte do esforço e compromisso coletivos de colaborar para que municípios, Distrito Federal e estados tenham à sua disposição alguns caminhos possíveis que permitam alcançar os objetivos da conferência de assistência social de 2019.

Tais orientações são uma sequência de ações que buscam assegurar coerência entre meios e fins. Por isso, nos empenhamos para que seja possível compreender o porquê de cada ação e a que objetivos elas estão associadas. São, por natureza, flexíveis e podem ser adaptadas em diferentes contextos regionais, com base nos conhecimentos, habilidades e atitudes daqueles que facilitarão os processos de circulação de informações, debates e tomadas de decisão. ***A proposta é realizar processos menos rígidos e formais e mais participativos, dialógicos e horizontais entre todas as pessoas interessadas na área.***

O único rigor das orientações metodológicas é ter sempre claro “para que” cada atividade proposta, ou seja, o alinhamento de cada ação aos objetivos da conferência que, em síntese são:

- a) ampliar a participação, sobretudo de usuários e usuárias do SUAS;
- b) fazer um balanço real da implementação do SUAS nos municípios, Distrito Federal e estados com base em informações e experiências dos diferentes sujeitos;
- c) traçar coletivamente o horizonte de futuro: o SUAS que construiremos até 2026.

BREVE CONTEXTO

Conforme já apontado nos informes anteriores, o processo conferencial de 2019 se estabelece em um momento histórico em que há ameaças ao Sistema Único de Assistência Social - SUAS, o que requer redobrar esforços para assegurar ampla participação de usuários, trabalhadores, movimentos sociais, representantes de entidades e, ou, organizações de assistência social, conselheiros e gestores; como também requer que possamos fazer um balanço mais objetivo e concreto do impacto das medidas recentes na consolidação do SUAS nos municípios.

Esse balanço pretende reconhecer o estágio atual de implantação do Sistema para além dos dados do Censo SUAS. Isso implica coletivizar a leitura política dos desafios conjunturais decorrentes das restrições orçamentárias e da concepção conservadora que



CONFERÊNCIA NACIONAL DEMOCRÁTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Assistência Social: Direito do Povo,
com Financiamento Público e Participação Social

tensionam a revisão do SUAS. O balanço está comprometido também com a ampliação do debate sobre a relevância de manter as conquistas históricas do Sistema de Proteção Brasileiro e, mais do que isto, defender a ampliação dos benefícios e serviços socioassistenciais, pois em tempos de revezes econômicos os grupos sociais que sofrem as desigualdades estruturais são mais impactados e demandam mais proteção pública. Temos uma ampla mobilização pelo país esclarecendo as finalidades dessa política pública e sua importância em tempos de avanço de violências e barbáries.

Diante de tal realidade, sempre defendemos a aliança estratégica entre trabalhadores e usuários para preservar e fortalecer a assistência social. Sabemos, porém, que alterações e correções de rumos dependem, fundamentalmente, da mobilização dos sujeitos usuários da política. Tais sujeitos só se tornarão protagonistas, exercitando seus direitos, se forem capazes de se informar, compreender, dialogar, propor e reclamar – ou seja – exercer protagonismo. Assim é que, acreditando nesta possibilidade, produzimos algumas orientações metodológicas que sugerimos para conduzir a participação neste importante processo conferencial. Isto pode significar uma oportunidade e um começo, porque a Conferência não se esgota nela mesma. As estratégias de luta decididas e assumidas pelos participantes tornarão o processo vivo e dinâmico.

Por isso, a direção política dos debates nas Conferências Municipais, do Distrito Federal e Estaduais é que elas sejam um marco no processo de fortalecimento do protagonismo de usuárias e usuários e no aprimoramento de metodologias mais participativas a serem adotadas nos espaços de gestão, do controle social e, principalmente, dos serviços da assistência social.

A aposta é que esse processo seja um marco importante para que o SUAS se torne mais popular e sua importância seja mais clara para todas as pessoas que nele atuam e ou nele são atendidas. E, desse modo, possa impactar na qualidade da proteção pública do SUAS, uma vez que a participação é uma diretriz legal, desde 1993; e também é reconhecida como resultado esperado dos serviços, desde 2009. Ou seja, a qualidade da intervenção de proteção de Assistência Social está diretamente associada à qualidade da participação nos serviços socioassistenciais e no acesso a benefícios.

Portanto, de saída, queremos anunciar que nosso convite nesse informe é para que pensemos várias estratégias para dialogar sobre as responsabilidades de proteção, defesa e garantia de direitos e vigilância de desproteção social do SUAS com diferentes grupos e em diversos espaços. *Isso exige repensarmos as práticas formais que temos adotado nas Conferências até aqui.* Na maioria dos processos de conferência tem havido grande priorização ou tem se ocupado demasiadamente com os momentos de aprovação de regimentos, de votação de deliberações e eleição de delegações. Entretanto, nem sempre os públicos presentes, especialmente parte dos usuários e trabalhadores, que são mais



CONFERÊNCIA NACIONAL DEMOCRÁTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Assistência Social: Direito do Povo,
com Financiamento Público e Participação Social

impactados por essas decisões, compreendem o que está sendo aprovado e suas consequências. Tal situação se agrava quando sabemos que na maioria dos municípios brasileiros, de pequeno porte, é comum a ocorrência da Conferência em apenas um dia. Claro que a organização do debate e da votação, por meio de um Regimento é importante, mas não pode ser o ponto central da conferência.

No eixo de participação social (Informe 5), já sinalizamos a concepção que queremos adensar no SUAS e os diferentes estágios que esse processo exige para que seja possível alcançar o estágio máximo de participação: **a interferência em processos decisórios**. Aqui pretendemos ofertar algumas orientações para as comissões que atuarão na organização das conferências e para pessoas que atuarão na facilitação e registro dos diálogos para que possam usufruir dessas referências básicas e, a partir daí, criarem ferramentas para fomentar a participação.

MOBILIZAÇÃO: SEMEANDO ESPAÇOS DE CONVERSA

Objetivos:

1. Mapear sujeitos que são reconhecidos entre seus pares em função do seu compromisso em defesa da política pública de assistência social.
2. Planejar e desenvolver processos de mobilização.
3. Fortalecer a mobilização de pessoas e grupos que já atuam em conferências e outros espaços de participação do SUAS.
4. Alcançar pessoas e grupos que ainda não têm acessado processos participativos do SUAS.

Orientação 1: Instalação de comissões de mobilização nos municípios, Distrito Federal e Estados.

Nos Informes 4 e 5 estão organizados conteúdos a serem debatidos no processo de conferências de 2019. Os textos têm uma direção clara: estimular análises mais qualificadas, ou seja, baseadas em informações e fatos concretos sobre o estágio atual de implementação do SUAS em cada localidade.

Nessa direção, sugere-se que, além da comissão organizadora, sejam instaladas **comissões de mobilização** nos municípios, Distrito Federal e Estados que possam:

- Divulgar os informes da CNDAS e outros materiais construídos com base em informações atualizadas da realidade de cada ente federado.



CONFERÊNCIA NACIONAL DEMOCRÁTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Assistência Social: Direito do Povo,
com Financiamento Público e Participação Social

- Irradiar a divulgação desses conteúdos por todos os espaços de influência dos membros da comissão organizadora (CRAS, CREAS, Centro Pop, Abrigos, ...).
- Construir espaços coletivos de orientação e alinhamento dos facilitadores que atuarão na conferência.
- Divulgar e dialogar sobre como será realizada e em que consiste a conferência, por meio da Programação e da proposta de Regimento Interno.

É fundamental que este processo de mobilização priorize o cotidiano dos serviços para favorecer o diálogo sobre os direitos a serem garantidos no SUAS junto aos usuários, como também para estimular que a participação seja entendida como parte essencial dos direitos socioassistenciais.

Conforme sugerido no Informe 2 da CNDAS, o processo participativo pode ser impulsionado para além da Conferência, com a realização de **plenárias abertas, rodas de conversa ou audiências públicas** em cada território dos CRAS, CREAS, dentre outras unidades, envolvendo também as pessoas em situação de rua e aquelas em situação de abrigamento/abrigo. Nestes casos, as/os participantes devem ser convidadas a participar da conferência municipal, sendo que as discussões realizadas nestes espaços podem ser incluídas nos registros oficiais/relatórios. Como também é preciso que movimentos e organizações sociais, populares e comunitárias sejam envolvidos e motivados para o processo, como associações de moradores e outros grupos diversos. Convém lembrar da necessidade de participação dos agentes operadores das várias políticas públicas setoriais, os quais devem estar na Conferência desde sua fase preparatória. Destacamos, entre estes, a área da saúde, da habitação, da educação, dos transportes e outras, como também o Ministério Público. Isto significa que para a assistência social é fundamental ampliar seu campo de alianças em prol da consolidação de redes de proteção social em nível municipal. É tempo de unir-se às demais políticas entendendo que ampliar a participação de trabalhadores de outras políticas é também estratégico para o fortalecimento de todo o sistema de proteção social brasileiro.

Orientação 2: perfil dos facilitadores da conferência

Queremos que o processo de conferência nos municípios, Distrito Federal e estados possam alcançar pessoas e grupos que ainda não têm acessado processos participativos do SUAS. Por isso, a indicação dos facilitadores é peça-chave no alcance desse objetivo.

Os processos participativos são também organizados, tem regras, mas diferem-se fundamentalmente por serem animados por perguntas que ativam a manifestação de



CONFERÊNCIA NACIONAL DEMOCRÁTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Assistência Social: Direito do Povo,
com Financiamento Público e Participação Social

opinião das diferentes pessoas presentes e colaboram para construção de respostas mais coletivas e compartilhadas. São espaços que devem facilitar o debate e a construção de novos entendimentos. Por isso, chamamos seus coordenadores de “facilitadores”. Eles usam perguntas para gerar a reflexão e interesse das pessoas.

Algumas competências do facilitador:

- Ter facilidade para organizar reuniões e outros espaços em que as pessoas possam falar e ouvir, considerando diferentes pontos de vista e experiências, sem julgamentos ou preconceitos.
- Ter capacidade de sustentar o objetivo proposto, retomando-o para o grupo sempre que as manifestações extrapolarem o objetivo do encontro/ reunião.
- Ter manejo do uso do tempo na execução do objetivo da reunião, as manifestações de opinião e tomada de decisão no tempo previsto.
- Ter facilidade com uso de diferentes linguagens para expressão individual e produção coletiva, como: música, teatro, produção de vídeos, confecção de cartazes, dentre outras.
- Ter zelo pelo registro da produção dos participantes, cuidando para que os consensos e dissensos sejam registrados e validados por eles.

Muitos profissionais que desenvolvem trabalhos com grupos nos serviços socioassistenciais tem essas competências desenvolvidas. Seguramente conseguirão propor atividades com diferentes linguagens para permitir que todas as pessoas interessadas se aproximem dos debates e possam se manifestar e trazer suas expectativas e opiniões para fazer avançar o SUAS.

Assim, o entendimento é que a conferência de 2019 será tanto mais efetiva quanto ela conseguir permear as reflexões dos serviços e os diálogos entre os profissionais, ancorados por informações concretas sobre a realidade da demanda e cobertura da política.

Orientação 3: construção de alinhamento da atuação de facilitadores da conferência

Novamente os Informes 4 e 5 são a base dessa orientação. Esses textos tem outra direção clara: utilizar uma linguagem simples e compreensível que permita ampliar o debate a respeito da importância de fortalecer o SUAS em um período de avanço do conservadorismo e de restrição orçamentária.



CONFERÊNCIA NACIONAL DEMOCRÁTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Assistência Social: Direito do Povo,
com Financiamento Público e Participação Social

Por isso, recomenda-se que a comissão organizadora institua espaços regulares para alinhamento dos facilitadores tanto dos processos de mobilização, quanto da própria conferência. Esse alinhamento diz respeito a:

- Clareza dos objetivos e dinâmica da conferência.
- Conhecimento dos informes e outros materiais de referência.
- Adequação da linguagem de acordo com os públicos a serem mobilizados.
- Troca de experiências na facilitação de processos participativos.
- Construção de um repertório comum de estratégias participativas que colabore no desenvolvimento da conferência.

No informe 5 há uma contribuição nesse sentido, ao apresentar algumas perguntas orientadoras do debate de cada eixo. Nessas orientações metodológicas propomos que considerem aquelas perguntas, abrindo a possibilidade para que o grupo de facilitadores se aproprie delas, coloquem em seus contextos, adaptem a linguagem. O fundamental é que as perguntas sejam claras e que todos se sintam capazes de se expressar e trazer seu conhecimento.

Uma dica é realizar uma oficina preparatória entre os facilitadores, para que possam vivenciar os debates e o exercício de responder as questões sugeridas. Assim poderão avaliar aspectos como se o tempo previsto para a atividade é adequado para a tarefa, se as informações são suficientes e se a formulação das perguntas está compreensível para o público que irá participar.

Além dos conteúdos dos informes 4 e 5 é bastante importante que informações municipais e do Distrito Federal estejam disponíveis para todas as pessoas e que se possa discutir não somente dados de gestão, mas que também seja possível refletirem sobre as ações que vêm sendo realizadas na atenção direta às pessoas e a avaliação que usuárias/os e equipes profissionais têm dos serviços. Como os serviços e benefícios tem contribuído para melhorar a vida das pessoas? Quais são os impactos dos serviços e benefícios na convivência familiar e comunitária?

Orientação 4: Como produzir avaliação do SUAS no município e no Distrito Federal?

No Informe 2 já foi destacada a importância de subsidiar o processo participativo com informações sobre a realidade da Assistência Social no município e no DF e oferecer elementos para refletir e avaliar sobre: como está a demanda, a cobertura do atendimento, como estão os serviços e os benefícios eventuais, a oferta e acompanhamento do Programa



CONFERÊNCIA NACIONAL DEMOCRÁTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Assistência Social: Direito do Povo,
com Financiamento Público e Participação Social

Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada, como está a gestão do SUAS, em especial a vigilância socioassistencial, a profissionalização da área, o funcionamento do conselho, o financiamento da assistência social e o controle da sociedade sobre todas estas questões.

Esta reflexão pode ser apoiada por informações que demonstrem a implementação da política no município e no DF ao longo dos anos, destacando aspectos e momentos marcantes para a gestão, a oferta de serviços e benefícios, o financiamento e para a mobilização da participação popular. É bom tomar cuidado para não apresentar uma quantidade enorme de dados e informações que acabam não favorecendo a reflexão e o debate, mas sim, produzir sínteses e análises que retratem a situação real do SUAS nas três esferas de governo, com indicação das responsabilidades de cada âmbito de gestão. Convém que sejam informações sobre a realidade da procura pelos serviços e benefícios, o que eles dão conta de atender e incluir e como a assistência social melhora a vida das pessoas. (Veja o Anexo 2: Informações para o balanço da realidade municipal e do Distrito Federal).

PROGRAMAÇÃO DA CONFERÊNCIA: AMPLIANDO ESPAÇOS DE CONVERSA E DECISÃO

Objetivos:

1. Valorizar o processo de mobilização previamente realizado.
2. Assegurar o máximo de condições para a presença de todos os grupos mobilizados.
3. Distribuir as atividades no tempo para assegurar igualmente:
 - 3.1 tempo para compartilhar informações e subsídios aos debates.
 - 3.2 tempo para fazer o balanço real da implementação do SUAS.
 - 3.3 tempo para traçar coletivamente o horizonte de futuro – indicação de diretrizes/propostas.
 - 3.4 tempo para tomar decisões válidas para o próprio município/DF/estado.
 - 3.5 tempo para tomar decisões que seguirão para outras esferas: estadual/ nacional – priorização de diretrizes/propostas.
 - 3.6 Tempo para escolher delegados para a Conferência Estadual.
 - 3.7 Tempo para celebrar, com elementos da cultura local, a construção coletiva dessa conferência.



CONFERÊNCIA NACIONAL DEMOCRÁTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Assistência Social: Direito do Povo,
com Financiamento Público e Participação Social

Orientação 1: reservar tempo e/ou espaço para compartilhamento dos processos de mobilização.

Considerando que o processo da Conferência será desencadeado pela ampla mobilização, é importante que essa etapa anterior seja reconhecida. Há várias formas de fazer isso. Sugerimos algumas: apresentações breves que expressem o resultado dos debates e a produção coletiva (vídeos, teatro, música, literatura, dentre outras); ambientação dos espaços com cartazes, fotografias, vídeos ou informações coletadas nas reuniões de mobilização; falas breves numa mesa de abertura, compartilhando o essencial do debate em cada região/município ou DF.

O fundamental é assegurar o objetivo: que as pessoas que participaram da etapa de mobilização sejam reconhecidas e se reconheçam coletivamente no espaço da conferência, dando visibilidade ao alcance desse processo em termos quantitativos e qualitativos.

Orientação 2: reduzir o tempo dos participantes na condição de ouvintes

Considerando a centralidade de ampliar a participação nessa conferência, é necessário repensar sua forma de organização. Nesse sentido, entendemos que é desejável suprimir grandes plenárias em que as pessoas permanecem muito tempo sem poder se manifestar, sentadas, ouvindo autoridades e palestrantes; ou ainda ouvindo apresentação de regras de como os trabalhos vão funcionar.

Nossa indicação é reverter a prioridade: o interesse aqui é dar voz aos públicos que fazem o cotidiano do SUAS, seja esse público as pessoas que usam os serviços, conselheiros e conselheiras, equipes profissionais e gestoras/es. Portanto, propõe-se que a organização privilegie a produção de diálogos em espaços menores, em salas que comportem no máximo até 50 pessoas e que nessas salas seja possível ainda formar grupos menores para outras discussões.

Nesse sentido, a principal valorização nesse processo conferencial são os diálogos em pequenos grupos com a presença de facilitadores, mais do que as palestras em grandes plenárias. A ideia aqui é que quando as pessoas são convidadas para serem ouvidas e opinarem sobre algo, isso produz um valor e reconhecimento maior do que quando são convidadas para ouvir alguém, por mais importante que seja a trajetória dessa pessoa e por mais clara que seja sua forma de abordagem.

Assim, se estiver claro para facilitadoras/es como será o trabalho nos grupos e qual a sua finalidade, também conseguirão facilmente esclarecer isso para os grupos nos quais atuarão, dispensando o longo tempo com leituras e discussões formais de regimento que por



vezes produz afastamento e debates entre iniciados ao invés de produzir aproximação com o coletivo.

Orientação 3: definição de regras e procedimentos

É importante reafirmar que as Conferências Municipais, do Distrito Federal e Estaduais são regulamentares e possuem caráter deliberativo, portanto devem estabelecer regras que orientem os processos de deliberação de propostas dos participantes e da eleição de delegados dos municípios para a Conferência Estadual. Definir e publicizar as regras e os procedimentos organizativos garantem a transparência, favorecem a participação e são exigências dos processos democráticos. Estas definições devem ser elaboradas pela comissão organizadora, com representantes da sociedade civil e do governo, e deliberadas pelo Conselho de Assistência Social.

Desse modo, indicamos que antes mesmo da realização da Conferência, o público possa conhecer e se apropriar das suas regras. Como num jogo de futebol - que tem regras previamente definidas e amplamente conhecidas.

Como o foco da atividade são os momentos de diálogo, reflexão e proposição dos participantes, a sugestão é que estas regras sejam sistematizadas de forma simples, com indicações objetivas e de fácil compreensão. Para que o tempo de discussão destas regras seja breve, é importante que elas sejam amplamente divulgadas durante o processo de mobilização, quando também devem ser informados os objetivos e o desenho da Conferência. Assim os participantes já devem conhecer com antecedência:

- qual o objetivo da Conferência;
- local, data e horário;
- a programação detalhada;
- como apresentar as propostas e como serão deliberadas;
- os critérios para a eleição de delegados à conferência estadual;
- os encaminhamentos referentes à participação na Nacional.

Durante todo o período de mobilização, as informações podem ser divulgadas por meio de cartazes nos locais de atendimento, em grupos com trabalhadoras/es e usuárias/os, no site da prefeitura/secretaria, enviadas para grupos de whatsapp acompanhadas de um rápido áudio.

Na medida do possível e sem prejuízo de suas competências, as orientações definidas pelos Conselhos Estaduais aos CMAS para a organização das conferências municipais devem considerar as orientações da Comissão Organizadora da CNDAS, assegurando que as



CONFERÊNCIA NACIONAL DEMOCRÁTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Assistência Social: Direito do Povo,
com Financiamento Público e Participação Social

deliberações possam ser recebidas pela conferência nacional. Neste sentido, é importante observar o calendário do processo conferencial em todas as instâncias:

Julho a setembro – Conferências municipais

Outubro a 15 de novembro – Conferências estaduais e do Distrito Federal

25 e 26 de novembro – Conferência Nacional Democrática de Assistência Social

Quanto à CNDAS, lembramos que dado o seu caráter político e democrático de mobilização e articulação nacional, sua composição não se dará pela eleição de delegadas/os no formato tradicional, mas pela indicação de representantes nas conferências estaduais e do DF, segundo critérios que divulgaremos no próximo informe. Também poderão participar da CNDAS as pessoas que se dispuserem e se inscreverem previamente, conforme percentual a ser definido, obedecendo o limite total de 600 vagas.

Orientação 4: cuidados com os registros e encaminhamentos

A preparação da Conferência deve considerar a necessidade de garantir o registro das etapas de realização, que traga informações sobre o processo de mobilização, as regras estabelecidas para as dinâmicas de discussão e deliberações. É importante ter um instrumento/formulário para registrar:

- os participantes, por meio de cadastramento com as informações de identificação (nome, endereço, contatos, segmento, dentre outras).
- as propostas deliberadas para o município e aquelas a serem encaminhadas para a Conferência Estadual.
- as/os delegadas/os eleitos para a etapa estadual.

A eleição de delegadas/os para representar o município na Conferência Estadual deve observar os critérios fixados pelos CEAS, os quais complementarão estas orientações.

Por sua vez, a indicação de representantes das Conferências Estaduais para a CNDAS observará critérios que estão sendo elaborados e serão apresentados no próximo Informe.



CONFERÊNCIA NACIONAL DEMOCRÁTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Assistência Social: Direito do Povo,
com Financiamento Público e Participação Social

PASSOS PARA FOMENTAR PARTICIPAÇÃO

O espaço de participação social deve ser acolhedor e favorecer a conversa entre os pessoas, isso faz com que elas sintam que têm coisas relevantes a serem ditas. Assim, sugerimos que os diálogos se iniciem em espaços em que as pessoas já se sintam mais confortáveis, como por exemplo, nas unidades e nos serviços socioassistenciais em que elas comumente costumam comparecer e ser atendidas.

Orientação 1: Acolhendo pessoas para facilitar expressões coletivas.

A linguagem oral não é a única forma de expressão das pessoas e nem sempre também é a mais agradável e fácil. Por isso, iniciar o encontro com alguma expressão artística pode ajudar as pessoas a ficarem mais à vontade para avançar em assuntos mais sérios e rígidos. Como também, disparar a conversa a partir de alguma ferramenta como vídeos de depoimentos de usuárias/os pode ajudar no desembaraçar das falas.

Se há fotos de trabalhos realizados com as pessoas nos grupos, é bem importante colocá-las nas paredes. Isso ajuda as pessoas a se reconhecerem nos espaços ou até a identificar pessoas que conhecem, mesmo quando não são frequentadoras ali.

Ou seja, a ideia que queremos fomentar aqui é que o ponto de partida para acolher as pessoas não é colocá-las para ouvir profissionais, mas sim fomentar a conversa a partir de pontos de interesse e de assuntos próximos.

Assim, o momento inicial deve ter como objetivo:

- acolher as/os participantes;
- apresentar a programação do evento;
- pactuar as orientações para as discussões e a deliberação de propostas para o município ou DF, para as conferências estadual e nacional, e das/os delegadas/os para a conferência estadual e os encaminhamentos referentes à CNDAS;
- apresentar os facilitadores e orientar as/os participantes para as discussões em grupos.



CONFERÊNCIA NACIONAL DEMOCRÁTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Assistência Social: Direito do Povo,
com Financiamento Público e Participação Social

Orientação 2: Compondo grupos para produzir espaços seguros e coletivos

Uma parte das questões que serão debatidas nesse momento se associam a apurar a experiência de proteção, de defesa e garantia de direitos e de vigilância de desproteção social no SUAS, bem como as vivências de diferentes agentes no Sistema. Nesse sentido, sugerimos que usuárias e usuários possam estar em grupos exclusivos, ou seja, em que só há esse segmento refletindo e dialogando sobre o SUAS. Entendemos que essa estratégia pode favorecer que as pessoas expressem suas expectativas e suas histórias no SUAS.

O espaço físico é bem importante para favorecer a participação das pessoas. Dispor cadeiras em círculo, usar técnicas de apresentação das/os participantes, são ferramentas bem conhecidas de profissionais e que funcionam para “quebrar o gelo” e deixar as pessoas mais à vontade para conversar ou se expressar de diferentes formas.

Para apoiar o processo participativo, sugerimos a seguinte dinâmica de organização das/os participantes e das discussões:

Finalizado o momento inicial, as/os participantes são orientados a se distribuírem em salas com no máximo 50 pessoas. Todas as salas vão discutir os 3 eixos temáticos propostos:

- 1 – Assistência Social é um direito do cidadão e dever do Estado;
- 2 – Política pública tem que ter financiamento;
- 3 – A participação popular garante a democracia e o controle da sociedade.

Cada sala deve contar com 2 facilitadoras/es para orientar os grupos, segundo o interesse de discussão por eixos. Vale lembrar que este é o principal momento da conferência e, portanto, o tempo destinado deve ser suficiente para assegurar o diálogo necessário para as análises, elaboração e registro das propostas e o debate para a indicação de candidatos a delegados.

Cada grupo deve apresentar no máximo 6 propostas, sendo 3 para o município, 1 para o estado e 2 para o governo federal.

A facilitação, nesse caso, é muito importante, pois precisa de fato assegurar que as pessoas se sintam seguras para se expressar, que as falas circulem entre participantes e que haja um bom registro do que é falado para gerar insumos para processos de avaliação do alcance da proteção pela narrativa das pessoas.

Uma questão importante: em grupos somente de usuárias e usuários é necessário que não se use somente recursos de linguagem escrita, pois essa é uma ferramenta que nem sempre agrega a todas as pessoas. Portanto, o diálogo pode mesmo ser disparado por um



CONFERÊNCIA NACIONAL DEMOCRÁTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Assistência Social: Direito do Povo,
com Financiamento Público e Participação Social

vídeo, um áudio, uma fotografia ou mesmo uma frase, mas que seja uma afirmativa que gere debate e polêmica.

Ao final das atividades em grupos, orientada/o pelas/os facilitadoras/es, um representante/relator/a por grupo deve apresentar suas 5 propostas às/aos demais participantes. Caso tenha mais de um grupo por eixo, eles devem apresentar as propostas em sequência e fixá-las em um local visível para todos as/os participantes, agrupadas por eixo e por instância.

Após a apresentação de cada grupo, um/a facilitador/a pergunta se as propostas estão coerentes com o debate nos grupos e, caso seja necessário, ajuda a reescrever.

Encerradas as apresentações dos grupos, os facilitadores conduzem o processo de priorização das propostas a serem apresentadas na plenária final, sendo que cada grupo deve chegar a 6 propostas - 3 para a instância municipal, 1 para a estadual e 2 para a nacional. Aqui é importante registrar quantas indicações cada proposta recebeu (registrar o número).

A aposta aqui é que haverá um material rico, para além do que deve ser encaminhado ao processo conferencial, para disparar a continuidade de diálogos e de aperfeiçoamento do SUAS.

Finalizadas as atividades nos grupos, as/os facilitadores orientam as/os participantes sobre o momento seguinte, que será a plenária final de apresentação e deliberação das propostas, indicação de delegadas/os para a conferência estadual e os encaminhamentos referentes à CNDAS. Aqui é importante que fique claro para as pessoas quais os critérios para candidaturas à conferência estadual, bem como as mudanças para a composição da Conferência Nacional, estimulando a participação das/dos usuáries. Anexo 1 trás orientações detalhadas para os/as facilitadores/as.

Orientação 3: Tomada de decisões para o município, DF e para as outras esferas

Este é o momento final da construção coletiva de propostas e avaliações sobre o SUAS e da sua capacidade de garantir proteção social, defesa e garantia de direitos e vigilância de desproteção social como responsabilidades pública. As reflexões e proposições priorizadas pelas/os participantes nos grupos serão compartilhadas com todas/os as/os presentes na conferência, para que sejam deliberadas as propostas a serem encaminhadas à conferência estadual, assim como serão eleitas/os as/os delegadas/os representantes do município na etapa estadual.



CONFERÊNCIA NACIONAL DEMOCRÁTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Assistência Social: Direito do Povo,
com Financiamento Público e Participação Social

Para esse momento, deve ser composta uma mesa com representantes da gestão municipal, do CMAS e outras autoridades presentes. A coordenação da plenária convida as/os representantes dos grupos a fazer a leitura das propostas.

As propostas devem ser visualizadas para todo o público, preferencialmente com projeção das imagens que favoreçam a leitura. Também podem ser projetadas fotografias dos trabalhos em grupos.

Após todas as apresentações, a coordenação retoma a leitura das propostas por eixo e conduz o processo de deliberação. Como os debates e a priorização das propostas foram realizados nos grupos, é possível apresentar a somatória das adesões recebidas por cada proposta, cabendo ao público validar o resultado final. Deverão ser deliberadas 10 propostas para o município, 2 a 4 para o estado e 4 para a União.

Na Plenária Final, com a presença do/a Gestor/a da Assistência Social, conselheiros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e outras autoridades municipais, as propostas são apresentadas para validação/deliberação. Este também é o momento para apresentar e aprovar moções, eleger delegadas/os para a Conferência Estadual e dar informações e orientações para a participação na CNDAS. No encerramento da Conferência, o/a Gestor e o CMAS fazem suas considerações e avaliações sobre as propostas deliberadas e os compromissos com os encaminhamentos.

Após a plenária deliberar as propostas, a coordenação da mesa apresenta as/os candidatas/os indicadas/os nos grupos para serem eleitas/os para a conferência estadual ou do DF.

Orientação 4: celebração da construção coletiva nessa Conferência

Ter realizado a Conferência Municipal com um investimento para ampliar a participação, é um feito muito significativo na atual conjuntura. Portanto, o encerramento da Conferência precisa ser celebrado coletivamente! Vivenciar uma expressão da cultura local que valorize momentos de conquista e de luta é o grande desfecho desse encontro. Isto torna-se particularmente importante porque também é um investimento para evitar plenárias esvaziadas, exatamente no momento de desfecho da Conferência.

A diversidade cultural faz a marca coletiva e histórica do encontro, valoriza as formas de resistência popular e os sotaques que mostram uma das maiores riquezas do Brasil.

Com essa vibração que vivências culturais fomentam, o desejo é que os participantes saiam mobilizados para continuar a luta na defesa do SUAS e dos direitos ameaçados pelo desfinanciamento das políticas públicas, pelas reformas em discussão no Congresso Nacional



CONFERÊNCIA NACIONAL DEMOCRÁTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**Assistência Social: Direito do Povo,
com Financiamento Público e Participação Social**

e pela onda de conservadorismo no país. Portanto, um momento de convocar as/os participantes da Conferência a permanecerem mobilizados e firmes na resistência e nas lutas pela ampliação de direitos.

E, por fim, fiquem atentas/os aos próximos informes, que trarão:

- Modelo de Regimento simplificado
- Modelo de Relatório/Registros
- Critérios para eleição de representantes das Conferências Estaduais para a CNDAS

Bom trabalho para todas/os!



CONFERÊNCIA NACIONAL DEMOCRÁTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Assistência Social: Direito do Povo,
com Financiamento Público e Participação Social

ANEXO 1

PROPOSTA DE ROTEIRO PARA FACILITADORES DE GRUPOS DOCUMENTO PARA DISCUSSÃO/EMCONSTRUÇÃO

O QUE É ESTE DOCUMENTO

O roteiro para facilitadores é um instrumento de apoio metodológico às equipes responsáveis pela orientação dos trabalhos em grupos, durante a Conferência Municipal de Assistência Social. O documento consiste na sistematização detalhada do desenvolvimento das atividades em grupos e compõe as Orientações Metodológicas para Organização de Conferências Participativas.

Este instrumento também pode ser importante para acolher e orientar profissionais de outras áreas de políticas públicas, convidados a apoiar a condução dos grupos.

ROTEIRO DETALHADO DAS OFICINAS PARTICIPATIVAS

Recepção dos participantes nas salas

1. Breve apresentação das/os facilitadoras/es e dos participantes do grupo. (OBs.: se o grupo estiver maior do que 40 pessoas, solicitar apresentação por segmentos, ex. pedir que todos os trabalhadores/as fiquem em pé, em seguida usuárias/os, e assim por diante)
2. Apresentar os objetivos da Conferência, o programa com horários e o acordo de trabalho (todos visualizados em cartazes fixados nas paredes).
 - Destacar que esta metodologia será adotada em todas as salas/grupos, para garantir a condução uniforme do processo participativo.
 - Informar que os participantes devem assinar a lista de presença que está passando na sala. (avaliar se é preciso)
 - Os/as facilitadores/as informam que o objetivo dos trabalhos em grupos é Promover o debate e a elaboração coletiva de propostas para a Conferência.
3. Ler o tema, os 3 eixos e as respectivas perguntas que vão provocar/estimular as discussões e informar que os participantes irão trabalhar em subgrupos de até 8 pessoas, por 90 minutos, para discutir os temas e elaborar suas propostas. (30m para cada eixo)
4. Apresentar como será o trabalho nos subgrupos:
 - No subgrupo, fazer a apresentação dizendo o nome e de onde são.



CONFERÊNCIA NACIONAL DEMOCRÁTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Assistência Social: Direito do Povo,
com Financiamento Público e Participação Social

- Escolher um guardião do tempo e um porta voz do grupo.\
 - Para formular coletivamente as propostas em resposta às perguntas, refletir sobre que é comum e o que não é comum entre eles (identificar concordâncias, conflitos, etc.).
 - Escolher 6 propostas (sendo 3 para o município, 1 para o estado e 2 para o governo federal) para apresentar aos demais grupos.
 - Falar que os facilitadores estarão circulando pela sala para auxiliar os subgrupos e quem tiver alguma dúvida, chamar um/a facilitador/a.
5. Perguntar se todos entenderam as orientações e solicitar aos participantes que se dividam nos subgrupos com até 8 pessoas para iniciar os trabalhos.

Os trabalhos nos subgrupos

6. Iniciados os trabalhos, percorrer os subgrupos, e verificar se precisam de apoio/outras orientações. Reforçar o tempo que o subgrupo tem para este momento de apresentação. (15 minutos)
7. Entregar 6 folhas para as propostas. Orientar que deve ser preenchida apenas uma proposta por folha, indicando o eixo e para qual esfera de governo se refere a proposta. Caso tenham propostas diferentes ou pessoas que concordem com uma e não com outra, o grupo deve conversar e decidir quais serão apresentadas. (informar o tempo para este momento: 90 minutos)

Socialização das propostas dos subgrupos

8. Solicitar que os participantes sentem voltados para o painel, para a apresentação de propostas dos subgrupos.
9. Solicitar que cada porta voz de subgrupo vá até a frente da sala e leia as 6 propostas indicadas pelo seu subgrupo. (3 minutos para cada grupo= 25m)
10. Após a apresentação de cada subgrupo, o/a facilitador/a pergunta se a formulação das propostas foi entendida pelos demais, verifica se está somente uma proposta por formulário, verifica se está anotado o eixo e para qual esfera de governo de acordo com a proposta e ajusta se necessário.
11. Fixar as propostas no quadro/parede.
12. Se os subgrupos tiverem se agrupado por eixo, havendo mais de um grupo do mesmo eixo, eles devem apresentar as propostas em sequência (todos do eixo 1, etc.).



CONFERÊNCIA NACIONAL DEMOCRÁTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Assistência Social: Direito do Povo,
com Financiamento Público e Participação Social

Identificação das propostas da sala, para serem levadas ao plenário. Quais propostas você considera mais importante?

13. Após a apresentação de todos os subgrupos, os/as facilitadores/as da sala distribuem 3 bolinhas adesivas para cada participante (se não tiver as bolinhas adesivas, usar pincel atômico).
14. Convidam todos os presentes para que, individualmente, marquem com uma bolinha adesiva colorida as propostas que consideram mais importantes para a cidade, entre as fixadas no painel. Destacar que devem colocar o adesivo em 3 propostas diferentes.
15. Explicam que as 6 propostas com mais bolinhas serão lidas na plenária, mas que todas serão encaminhadas para a organização da Conferência. Contam junto com os participantes o total de bolinhas em cada proposta e anotam com pincel atômico na própria folha da proposta. Em caso de empate, realizar a escolha entre as propostas com mesmo número de indicações para chegar às 6 a serem lidas no plenário.
16. As 6 propostas com mais indicações serão apresentadas ao plenário, após o encerramento dos trabalhos nas salas.
17. Solicitar aos participantes para escolherem um/a porta voz para ler no plenário as 6 propostas mais indicadas da sala.
18. Informar aos participantes da sala que todas as propostas, entregues serão encaminhadas à organização da Conferência para ficarem registradas.
19. Conferir se todos/as assinaram a lista de presença. (avaliar se é preciso)
20. Informar que temos uma ficha para aqueles que quiserem, possam fazer a sua avaliação sobre a Conferência. Entregar uma ficha de avaliação para aqueles solicitarem e pedir que entreguem ao final da plenária na mesa de cadastramento ou em uma mesa de apoio.
21. Agradecer a todos/as, pedir que se encaminhem para o local onde está sendo servido o lanche e para que voltem para o plenário às XXX horas.

Organização das propostas antes dos facilitadores saírem da sala

22. Anotar o nome do/a porta voz da sala.
23. Fotografar as propostas na parede/quadro.
24. Recolher todos os formulários de propostas que estão no quadro/parede, separando por eixo e esfera de governo.



CONFERÊNCIA NACIONAL DEMOCRÁTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Assistência Social: Direito do Povo,
com Financiamento Público e Participação Social

25. Anotar na ata o número da sala e de presentes de acordo com a lista de presença e o número de formulários com propostas recolhidos.

26. Guardar todos os formulários e atas em um envelope, mantendo as seis propostas mais votadas na ordem, e entregar o envelope para a pessoa definida pela organização da Conferência.

ROTEIRO RESUMIDO

1. Ler objetivo da oficina, programa com horários e acordos de trabalho que estarão fixados nas paredes e passar a lista de presença na sala.
2. Ler o tema, os 3 eixos da conferência e as respectivas perguntas.
3. Informar que os participantes vão se dividir em subgrupos com até 8 pessoas.
4. Dar orientações gerais do trabalho nos subgrupos (ver detalhes no ponto 3 e 4 do roteiro detalhado).
5. Dividir a sala nos subgrupos.
6. Percorrer os subgrupos acompanhando e orientando os trabalhos.
7. Após 30 minutos entregar 6 folhas para as propostas em cada subgrupo (ver detalhes no ponto 8 do roteiro detalhado) e informar o tempo para as discussões, elaboração e indicação de 6 propostas.
8. Quando todos já tiverem preenchido os formulários, com a proposta, os eixos e a esfera de governo correspondente, solicitar que os participantes sentem voltados para o painel, para dar sequência aos trabalhos da sala.
9. Solicitar que cada porta voz de subgrupo vá até a frente da sala e leia as 6 propostas indicadas pelo seu subgrupo e fixá-las no painel. (ver detalhes nos pontos 11 a 13 do roteiro detalhado)
10. Distribuir 3 bolinhas adesivas para cada participante e pedir que colem nas 3 propostas que consideram mais importante para a cidade. (ver detalhes nos pontos 14 e 15 do roteiro detalhado)
11. Explicar que as 6 propostas com mais bolinhas serão lidas na plenária, mas que todas serão encaminhadas para compor o relatório da Conferência.
12. Contar com os participantes e se tiver empate, desempatar por aclamação (devem ser levadas apenas 6 propostas da sala para a plenária).



13. Tirar um porta voz da sala para ler as 6 propostas na plenária.
14. Conferir se todos assinaram a lista de presença. (avaliar se é necessário)
15. Entregar ficha de avaliação para quem quiser respondê-la e orientar para quem entregar.
16. Agradecer os participantes, convidá-los para o lanche e lembrar que devem estar às XXh na plenária.

OBS: Os tempos indicados para as atividades em grupos são uma sugestão e devem ser adequados, conforme a organização da conferência.



CONFERÊNCIA NACIONAL DEMOCRÁTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Assistência Social: Direito do Povo,
com Financiamento Público e Participação Social

ANEXO 2

INFORMAÇÕES DA REALIDADE MUNICIPAL PARA O BALANÇO

A seguir listamos, resumidamente, um conjunto de informações que devem ser disponibilizadas para os participantes da conferência municipal a fim de possibilitar o necessário balanço do que foi realizado nos últimos dois anos, por que não foi possível realizar, e, quais estratégias devem ser coletivamente adotadas para seguir consolidando o SUAS e ampliando o acesso dos cidadãos a assistência social.

Sabemos que a oportunidade de cada conferência se destina a conferir e avaliar o que foi feito, corrigir distorções e traçar novos rumos para a política de direitos.

Assim, é preciso que os conferentes tenham as informações disponíveis para poder avaliar e decidir. Vejam que informações não são iguais a dados. Estas vão além, pois utilizam os dados, analisam, relacionam, mostram tendências, etc.

De modo que cabe às equipes municipais fornecerem as informações necessárias não só no dia da conferência, mas mesmo durante todo o processo de mobilização. Informados, a tempo, os participantes poderão refletir e tomar as melhores decisões.

Tópicos ou informações indispensáveis que as secretarias de assistência social devem fornecer às conferências municipais para possibilitar a avaliação e balanço da situação do SUAS no município.

1. Questões Gerais

- 1.1 Listagem das deliberações da Conferência de 2017 – separadas por assunto. Demonstrar o que foi realizado\alcançado e o que não foi.
- 1.2 Quantitativo de pessoas e famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza que residem no município – relacionar com os dados do cadastro único.
- 1.3 Quantitativo de pessoas e famílias atendidas nos SERVIÇOS e por BENEFÍCIOS – destacar idosos e crianças e adolescentes.
- 1.4 Mostrar como está a procura por serviços e benefícios em face da cobertura possível. Falar das várias desproteções existentes na cidade.



CONFERÊNCIA NACIONAL DEMOCRÁTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Assistência Social: Direito do Povo,
com Financiamento Público e Participação Social

- 1.5 Situar as desproteções no campo relacional relativas à insegurança de convívio como: pessoas vítimas de maus tratos, de descuidos, em situação de abandono, de isolamento, de preconceitos, de discriminações, de vários tipos de violência, de conflitos, de abuso sexual, de exploração do trabalho, de dependência química relacionadas a álcool e drogas.
- 1.6 Destacar as desproteções por ausência de acolhida – falar da realidade da população de rua, dos idosos e das crianças e adolescentes que podem precisar de abrigos.
- 1.7 Situar as desproteções por insegurança de renda de sobrevivência, como desemprego, ausência de acesso a políticas públicas como habitação, mobilidade, documentos, saúde, educação – anotar a situação de cobertura e procura por benefício de prestação continuada e por bolsa família.
- 1.8 Fornecer informações sobre benefícios eventuais na cidade.

2. Sobre a Estrutura dos Serviços.

- 2.1 Informar: o número de serviços e centros de referência na sua cidade é o mesmo de dois anos atrás? Houve ampliação ou redução?
- 2.2 Qual a situação dos trabalhadores? São suficientes hoje. Houve redução ou ampliação?
- 2.3 Informar se há construções ou obras paralisadas de Assistência Social na sua cidade. Ou se alguma foi anunciada e não foi feita.
- 2.4 Houve processos de capacitação de profissionais na sua cidade nos últimos dois anos? Todas as capacitações previstas foram realizadas?
- 2.5 Houve alteração no número de beneficiários na cidade? De quais? BPC? Benefícios Eventuais? Programa Bolsa Família? Programas de Transferência de Renda Municipais ou Estaduais?

3. Financiamento

- 3.1 Houve redução de recursos da Assistência Social no seu município nos últimos dois anos? É possível saber o valor?
- 3.2 O Governo Federal está devendo recursos para o seu município? Houve atraso? Quanto?
- 3.3 Houve recursos da Assistência Social gasto em outra área?



CONFERÊNCIA NACIONAL DEMOCRÁTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Assistência Social: Direito do Povo,
com Financiamento Público e Participação Social

4. Participação, Controle Social e instâncias de pactuação

- 4.1 Como está o funcionamento do CMAS? Todos os segmentos estão representados e participando? Foi realizada capacitação para as/os conselheiras/os nos últimos dois anos?
- 4.2 O município tem participado da CIB? As pautas têm incluído assuntos importantes para o município?
- 4.3 Sobre quais assuntos trataram as principais deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social nos últimos dois anos?